



Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Auditor

CADERNO DE PROVAS
Aplicação: 18/8/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões objetivas corretamente ordenadas.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto no resultado de questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – TCDF-3, de 10/6/2002.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 19/8/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 20, 21 e 22/8/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- III 6/9/2002 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a prova discursiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2002 – TCDF-3, de 10/6/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 50, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

PARTE 1

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

No Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), tramita ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) ajuizada pelo chefe do Ministério Público local, tendo por objeto lei distrital questionada frente a dispositivo da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), que é reprodução de norma da Constituição da República e versa sobre matéria de observância obrigatória para os entes federativos.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens que se seguem.

- 1 Se a decisão de improcedência da ação der interpretação à norma da LODF que seja contrária ao sentido e ao alcance da norma constitucional federal reproduzida, será cabível, pelo autor, a interposição de recurso extraordinário ao STF, cuja decisão terá, excepcionalmente, eficácia *erga omnes*.
- 2 Se a matéria constante do dispositivo da lei distrital objeto de impugnação for relativa à competência própria dos estados, a ADIn somente será cabível junto ao STF, tendo por parâmetro de controle a Constituição da República.
- 3 Em havendo a tramitação paralela de outra ação direta de inconstitucionalidade no STF, versando sobre o mesmo objeto, o STF, para evitar julgamentos conflitantes, aguardará a decisão do TJDFT, cuja eficácia dependerá de confirmação pela Corte Suprema.
- 4 Independentemente do conteúdo da lei distrital objeto de impugnação, o Distrito Federal (DF) poderá obstar o julgamento da ADIn pelo TJDFT por meio de reclamação junto ao STF, com fundamento na preservação da competência da Corte Maior para interpretar, em controle abstrato, norma constitucional federal que esteja sendo, por via oblíqua, analisada pelo TJDFT.
- 5 Declarada pelo TJDFT, com efeito retroativo, a procedência total da ação, com a conseqüente nulidade da norma impugnada, cessa a possibilidade de nova ADIn junto ao STF com o mesmo objeto.

QUESTÃO 2

É da tradição do constitucionalismo brasileiro a vedação de acumulações funcionais no âmbito da administração pública. Ainda que a Constituição de 1824 fosse silente sobre o assunto, já na época do Brasil colonial a legislação ordinária previa a proibição. No sistema republicano, as constituições sempre se ocuparam de vedar acumulações remuneradas no momento de disciplinar matéria sobre funcionários ou servidores públicos. Nada obstante, algumas constituições relativizaram o princípio e várias situações concretas emergiram como polêmicas.

No referente à disciplina constitucional do princípio em questão e sua interpretação pelo STF, julgue os itens abaixo.

- 1 No regime constitucional imediatamente anterior à Constituição de 1988, havia proibição de acumular proventos com vencimentos de cargo público fora das hipóteses expressamente permitidas, prevalecendo o entendimento de que o aposentado, em circunstância não-autorizada de acumulação, poderia vir a perceber vencimento de cargo efetivo se renunciasse ao pagamento de proventos.
- 2 A acumulação de cargo técnico ou científico com o de professor já era admitida na vigência da Constituição anterior à atual, mas estava condicionada à observância do requisito da correlação de matérias, que hoje não é exigido.
- 3 Embora a redação original da Constituição da República de 1988 tivesse mantido o princípio geral da inacumulação remunerada, o STF entendeu que, por não haver norma referente a aposentados, não se poderia construir proibição não-existente, sendo, portanto, lícito que servidores públicos aposentados pudessem fazer novos concursos públicos e acumular seus proventos com a remuneração do novo cargo.
- 4 A Emenda Constitucional n.º 20, que cuidou da chamada “reforma previdenciária”, vedou expressamente a possibilidade de um procurador do DF aposentado vir a perceber simultaneamente a seus proventos a remuneração correspondente ao cargo de auditor da carreira tributária, ainda que a investidura neste último tenha ocorrido antes dessa emenda constitucional, consagrando, assim, a teoria de que o direito adquirido não é garantia oponível ao constituinte, mas apenas ao legislador.
- 5 Apenas os médicos podem acumular dois cargos ou empregos, mas não os dentistas ou fisioterapeutas; tal ocorre porque a redação atual da Constituição da República, ao explicitar as exceções ao princípio geral da inacumulação, não admite interpretação extensiva para albergar outros profissionais de saúde.

QUESTÃO 3

Acerca dos métodos e princípios de interpretação e aplicação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 1 A interpretação constitucional é monopólio do STF, em razão de identificar-se como instrumento de afirmação da supremacia da Constituição.
- 2 O princípio hermenêutico de que o intérprete deve buscar precipuamente a *mens legis* e não a *mens legislatoris* aplica-se também à exegese das normas de direitos fundamentais.
- 3 A unidade da Constituição, como princípio hermenêutico, está ancorada na idéia de que, à exceção das normas configuradoras de cláusulas pétreas — cuja supremacia é decorrente do sistema de constituição rígida —, todas as demais estão no mesmo grau de hierarquia, o que equivale a dizer que os valores por ela abrigados têm igual proteção constitucional.
- 4 O chamado **apelo ao legislador** constitui prática ou técnica de decisão muito comum no âmbito dos pronunciamentos do STF e ocorre sempre que, declarada a inconstitucionalidade de norma legal, a Corte depara-se com a situação de vácuo legislativo que requeira pronta regulação legislativa.
- 5 As normas constitucionais programáticas, enquanto não-realizadas mediante atividade estatal administrativa ou legislativa, não podem revogar atos normativos anteriores que disponham em sentido colidente com o princípio nelas substanciados.

QUESTÃO 4

A situação de criminalidade no estado do Espírito Santo reflete um quadro de segurança pública caótico, sobretudo pelas peculiaridades apresentadas, “pois o crime organizado, capitaneado pela tal *Scuderie Le Cocq*, infiltrou-se nas polícias, recrutou empresários, políticos, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público” (Veja, 17/7/2002). Instado a agir, o Ministério da Justiça apresentou pedido de intervenção federal naquele estado ao procurador-geral da República, que decidiu não lhe dar o devido prosseguimento, conforme episódio político amplamente divulgado pela mídia. Considerando essas informações e o processo de intervenção federal, julgue os itens subsequentes.

- 1 No caso específico do Espírito Santo, a intervenção federal dependia de provimento, pelo STF, de representação interventiva, cuja legitimidade postulatória é privativa do procurador-geral da República, uma vez que a hipótese era de inobservância dos direitos humanos e do regime democrático.
- 2 Em qualquer caso de intervenção federal, o decreto presidencial sofre controle político do Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, a quem cabe rejeitar ou aprovar a medida. Assim, eventual decisão do STF, pela intervenção, no caso do Espírito Santo, não seria definitiva.
- 3 A intervenção federal também pode ocorrer por desorganização financeira do estado-membro que deixar de creditar aos municípios receitas tributárias fixadas constitucionalmente, hipótese em que é dispensada a participação do Ministério Público Federal.
- 4 A intervenção federal por desobediência do estado-membro à decisão judicial do respectivo tribunal de justiça depende de requisição do STF ao presidente da República.
- 5 A intervenção federal é descabida no caso de recusa de município, localizado dentro de estado-membro, em aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção do ensino, pois é princípio federativo que a intervenção em município somente pode ser feita pelo estado-membro, exceto se existente em território federal.

QUESTÃO 5

A perspectiva histórica dos direitos do homem tem íntima relação com o surgimento do Estado moderno constitucional e pode ser ligada à própria história da limitação do poder. Acerca das concepções, dos conceitos e do desenvolvimento dos direitos humanos, julgue os itens seguintes.

- 1 Não obstante a diversidade semântica utilizada pela Constituição da República de 1988, há consenso entre os doutrinadores de que a expressão **direitos humanos** refere-se aos direitos reconhecidos e positivados na esfera constitucional de determinado Estado, ao passo que **direitos fundamentais** identifica-se com o termo **direitos naturais**, referindo-se àquelas posições jurídicas válidas para todos os povos, em todos os tempos, por serem próprias da condição humana, não-vinculadas a uma ordem constitucional específica.
- 2 A doutrina jusnaturalista, inspirada no pensamento de Santo Tomás de Aquino, reconhecia a existência de duas ordens distintas —, uma formada pelo direito natural, como expressão da natureza racional do homem; a outra, pelo direito positivo —, sustentando, outrossim, que a desobediência ao direito natural por parte dos governantes poderia ensejar o exercício do direito de resistência dos súditos oprimidos.
- 3 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, de inegável inspiração jusnaturalista, reconhecia direitos inalienáveis, invioláveis e imprescritíveis a todos os homens, e não apenas a uma casta, especialmente os direitos à liberdade, à propriedade e à segurança.
- 4 O direito de participar do bem-estar social, nas palavras de Celso Lafer, impõe outorgar ao indivíduo prestações estatais como assistência social, saúde, educação, proteção ao trabalho etc. Somente no século XX, esses direitos a prestações positivas acabaram sendo consagrados nas constituições, o que revela uma transição entre as liberdades formais clássicas e as liberdades materiais concretas.
- 5 Em razão do princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais, o legislador infraconstitucional não os pode limitar sem expressa autorização constitucional.

QUESTÃO 6

Acerca da história constitucional do Estado brasileiro, julgue os itens abaixo.

- 1 A primeira constituição republicana do Brasil, promulgada em 1891, adotou a república federativa como forma de Estado e de governo — constituída pela união indissolúvel de suas antigas províncias —, o modelo tripartite do poder e o presidencialismo como sistema de governo, bem como instituiu um tribunal de contas para a verificação da legalidade da despesa e da receita pública.
- 2 A Constituição de 1937 promoveu a redemocratização do país após a vigência do Estado Novo, período em que se deu a ditadura de Getúlio Vargas, iniciada com a Revolução Constitucionalista de 1930, durante a qual foi suprimido o bicameralismo brasileiro.
- 3 O regime parlamentarista, embora não pertença à tradição republicana brasileira, foi instituído no início da década de 60 do século passado, quando foi aprovada a emenda parlamentarista com o escopo de retirar poderes do então presidente João Goulart, que assumira o poder em decorrência da renúncia de Jânio Quadros.
- 4 Após o golpe militar de 1964, que se intitulou movimento revolucionário vitorioso, foi mantida em vigor a Constituição de 1946, embora modificada por sucessivos atos institucionais baixados pelo comando militar no poder, em vez de emendas promulgadas pelo Congresso Nacional, até a elaboração da Constituição de 1967.
- 5 A Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988 foi convocada por meio de emenda constitucional à Constituição de 1967, em cumprimento ao projeto de transição democrática do país durante o governo de José Sarney, que, na qualidade de vice-presidente, assumira a presidência com a morte de Tancredo Neves.

QUESTÃO 7

De acordo com a jurisprudência atual e dominante no STF referente ao acesso aos cargos e empregos públicos e à exigência de concurso público, julgue os itens que se seguem.

- 1 Durante o prazo de validade do concurso, havendo candidatos aprovados e vagas suficientes, a administração pública está obrigada a nomeá-los.
- 2 Em razão do princípio da vinculação ao edital, o exame psicotécnico pode ser estabelecido para concurso público, ainda que não-exigido por lei, podendo ter caráter subjetivo, desde que haja expressa previsão no edital, não-impugnada pelo candidato antes de sua realização.
- 3 Para fins de concurso público, a prescrição da pretensão punitiva não é causa de desconsideração de antecedentes criminais, necessários que são para se aferir capacitação moral para o exercício da função pública.
- 4 O chefe do Poder Executivo tem iniciativa privativa para propor leis que disponham acerca do provimento de cargos públicos, razão pela qual é inconstitucional a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre limite de idade para determinada carreira.
- 5 A exigência de altura mínima para o exercício de cargo público é incompatível com o regime constitucional de preservação da dignidade humana, não podendo constituir exigência legal ou editalícia.

QUESTÃO 8

Julgue os itens abaixo, referentes à estrutura do federalismo brasileiro e suas conseqüências jurídico-políticas.

- 1 A Constituição da República de 1988 reserva aos estados-membros não só as competências que não lhes sejam vedadas, mas as que expressamente lhes são atribuídas. Exemplo de poder explícito é o de instituir, no âmbito estadual, ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, vedada a legitimação a um único órgão.
- 2 O controle de constitucionalidade da constituição do estado-membro é corolário do primado da supremacia da Constituição da República.
- 3 O município, não obstante sua elevação a ente constitutivo da organização político-administrativa da República Federativa, não participa da repartição federal de competências comuns ou legislativas concorrentes.
- 4 O DF, apesar de não possuir Poder Judiciário próprio, tem competência para disciplinar a organização de sua polícia civil e militar, situação que lhe confere o mesmo grau de autonomia dos estados em matéria de segurança pública.
- 5 A competência de legislação privativa da União não encerra rígido monopólio, pois admite delegação legislativa a outro ente da federação.

DIREITO FINANCEIRO

Texto I – questões 9 e 10

Diz a sabedoria popular: quem gasta o que ganha é imprudente; quem gasta mais do que ganha é irresponsável. Esse adágio bem representa o objetivo maior da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) brasileira, que é o de impor sérios limites aos gastos governamentais e manter sob controle rígido as finanças públicas. Essa lei estrutura-se em quatro pilares: planejamento, transparência, controle e responsabilidade. O planejamento contempla o estabelecimento de metas, limites e condições para a gestão de receitas e despesas públicas e para a assunção de dívidas. A transparência e a ampla divulgação dos dados da gestão fiscal mediante a publicação de relatórios e a divulgação de dados por meio eletrônico. O controle pressupõe o acompanhamento de metas, limites e condições previamente planejadas. A responsabilidade implica a apenação dos agentes em caso de descumprimento desses parâmetros.

QUESTÃO 9

Considerando o texto I, julgue os itens a seguir, acerca da LRF.

- 1 As disposições da LRF obrigam a União, os estados, o DF e os municípios, e alcançam, nesses entes políticos, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público, restando fora de sua abrangência apenas os tribunais de contas, pois são os entes responsáveis pelos controles estabelecidos.
- 2 A LRF, disciplinando o planejamento fiscal, determina que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá conter o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- 3 A transparência será assegurada pela ampla divulgação dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e respectivo parecer prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Contudo, a LRF deixou de incentivar a participação popular durante o processo de elaboração e discussão dos planos e das leis orçamentárias.
- 4 Segundo a LRF, é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal, incluídos os contratos de terceirização de mão-de-obra que se refiram à substituição de servidores ou empregados públicos, expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, assim como do Ministério Público.
- 5 Cabe aos tribunais de contas apreciar as contas anualmente prestadas pelo chefe do Poder Executivo, as quais incluirão as contas dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do chefe do Ministério Público, que receberão parecer prévio separado, vedada a entrada desses tribunais em recesso enquanto existirem contas pendentes do mencionado parecer prévio.

QUESTÃO 10

Ainda considerando o assunto apresentado no texto I, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A LRF prevê que, se for verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na lei de diretrizes orçamentárias, estando o Poder Executivo autorizado a restringir os valores financeiros se os demais poderes e o Ministério Público não promoverem essa limitação no prazo estipulado, tendo o STF, em sede de ADIn, confirmado a eficácia dessa disposição legal.
- ❷ O STF deferiu pedido de medida cautelar, em sede de ADIn, suspendendo os efeitos do dispositivo da LRF que estabelece repartição dos limites globais de despesa com pessoal entre os poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, sob o argumento de que a Constituição da República não autoriza a imposição de limites de despesa por Poder, mas apenas por esfera de governo.
- ❸ O STF indeferiu pedido de medida cautelar contra dispositivo da LRF que veda a realização de transferências voluntárias para o ente político que se revelar negligente com a arrecadação de seus próprios impostos, por considerar que esse dispositivo não é incompatível com as restrições constitucionais que vedam a retenção dos recursos atribuídos aos estados, ao DF e aos municípios.
- ❹ A previsão da receita pública constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal, devendo observar as normas técnicas e legais, a variação do índice de preços e o crescimento econômico, além de ser acompanhada de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois anos seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e das premissas utilizadas.
- ❺ O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes no projeto de lei orçamentária, não sendo admitidas exceções.

QUESTÃO 11

O controle externo, constitucionalmente definido, compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial relativa ao ente político e a suas entidades. Essa fiscalização, incluindo a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas, abrange os aspectos de legalidade, legitimidade e também de economicidade, de maneira que os atos administrativos, ainda que praticados segundo a lei e os regulamentos, podem vir a ser sancionados se forem antieconômicos. No âmbito do DF, o controle externo é de titularidade da Câmara Legislativa do DF (CLDF) e será exercido mediante o auxílio do TCDF, ao qual compete, em concreto, a realização das ações fiscalizatórias, a análise das contas anuais do governador do DF e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos distritais.

Acerca das competências outorgadas ao TCDF e considerando as informações acima, julgue os itens seguintes.

- ❶ Ao apreciar as contas anuais do governador do DF, que consistirão, precipuamente, nos balanços gerais do DF e no relatório do órgão central do controle interno do Poder Executivo, o TCDF deverá emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento, devendo esse parecer ser assinado pelos conselheiros, auditores e representante do Ministério Público junto ao tribunal de contas, e ser redigido por relator escolhido entre os conselheiros efetivos.
- ❷ O TCDF, mediante parecer prévio, julgará as contas do governador do DF como sendo regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, competindo, por sua vez, à CLDF o julgamento das contas do TCDF.
- ❸ Aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário estarão sujeitos a tomada de contas especial, que deve ser instaurada, de imediato, pela autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, desde que os fatos já tenham sido devidamente apurados, os responsáveis identificados e o dano perfeitamente quantificado.
- ❹ A jurisdição do TCDF abrange os representantes do DF ou do poder público na assembléia geral das empresas estatais e sociedades anônimas de cujo capital o DF ou o poder público participem, solidariamente, com os membros dos conselhos fiscal e de administração, pela prática de atos de gestão ruínoza ou liberalidade à custa das respectivas sociedades.
- ❺ O TCDF, sempre que, por maioria simples de seus membros, considerar grave a infração cometida, poderá inabilitar o responsável, por período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública do DF.

QUESTÃO 12

O governo do DF (GDF) repassou, mediante convênio, a quantia de R\$ 100.000,00 para a Associação dos Desassistidos do DF construir o prédio de uma creche comunitária. Apresentada a prestação de contas, foram verificadas supostas irregularidades e, em razão disso, foi instaurada tomada de contas especial. O TCDF, ao apreciar os documentos obtidos mediante inspeção, após reiteradas solicitações feitas ao presidente da Associação por meio de diligências que foram injustificadamente descumpridas, constatou que, além de não ter sido respeitada a legislação que rege a aplicação de recursos de convênio, não havia nenhuma correlação entre tais documentos — relatório físico-financeiro, notas fiscais e cópia dos extratos bancários — e a construção da estrutura e de algumas paredes do referido prédio.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Não obstante a jurisdição do TCDF albergar os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo DF, mediante convênio, até o valor do repasse, a tomada de contas especial não é, na situação apresentada, o instrumento adequado para recompor eventual prejuízo causado ao erário.
- ❷ Após concedida oportunidade de contraditório ao responsável e restando confirmada a ausência de correlação dos recursos públicos repassados e a obra parcial existente, poderá o TCDF julgar irregular a tomada de contas especial e condenar em débito o responsável na quantia de R\$ 100.000,00, atualizada monetariamente e acrescida de juros legais desde a data do repasse, podendo, ainda, aplicar-lhe multa superior ao valor histórico do débito.
- ❸ O julgamento pela irregularidade das contas especiais, se confirmada a ausência de correlação dos recursos públicos repassados e a obra existente, ensejará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público do DF para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.
- ❹ Em virtude do descumprimento injustificado das diligências, poderá o TCDF aplicar ao responsável multa específica.
- ❺ Para melhor garantir a recomposição do erário prejudicado, pode o TCDF, no julgamento das contas especiais, decretar, pelo prazo de até cinco anos, a indisponibilidade de bens pessoais do responsável, tantos quantos considerados suficientes para garantir o ressarcimento.

QUESTÃO 13

Acerca do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A linha dominante nas discussões relativas à natureza jurídica do orçamento público é a de que o orçamento é uma lei material, porque provém do Poder Legislativo, que, no entanto, não gera direitos subjetivos.
- ❷ O princípio da exclusividade da matéria orçamentária prevê que a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, ao passo que o princípio da universalidade orçamentária, no âmbito do DF, prevê que o orçamento anual deverá ser detalhado por região administrativa e terá como função a redução das desigualdades intra-regionais.
- ❸ O princípio orçamentário da não-afetação da receita veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as destinações feitas pela Constituição da República ou, no caso do DF, pela LODF.
- ❹ Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, bem como é vedado o início de programas ou projetos não-incluídos na lei orçamentária anual, ambos sob pena de crime de responsabilidade.
- ❺ Os créditos adicionais são considerados exceção ao princípio clássico da unidade orçamentária, entre os quais encontram-se os créditos extraordinários que, destinados ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, podem, em determinada situação, ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente ao de sua abertura.

QUESTÃO 14

Ainda acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- ❶ O plano plurianual deve ser instituído por lei e deverá estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- ❷ O orçamento da União é apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum, cabendo à Comissão Mista de Orçamento emitir parecer sobre as emendas antes de serem apreciadas pelo plenário das referidas Casas.
- ❸ O presidente da República poderá, mediante mensagem enviada ao Congresso Nacional, propor modificações nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, antes de ser concluída a votação, no plenário das Casas do Congresso Nacional, a parte cuja alteração é proposta.
- ❹ O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado pelo presidente da República ao Congresso Nacional até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e será devolvido para a sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- ❺ A União, os estados, o DF e os municípios deverão cumprir o limite de despesa de pessoal ativo e inativo estabelecido na LRF, devendo, se for o caso, reduzir em pelo menos 20% as despesas com cargos em comissão e funções de confiança, bem como exonerar os servidores não-estáveis. Se essas medidas não forem suficientes para assegurar o cumprimento do referido limite, o servidor estável poderá perder o cargo e este será extinto, sendo vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

QUESTÃO 15

O crescimento da despesa pública é fenômeno observado em todo o mundo, sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial. As causas desse fenômeno, além do aumento populacional, têm origem principal no que se veio a chamar de estado do bem-estar social. Segundo Aliomar Baleeiro, esse estado fundamentou-se na melhoria do nível político, moral e cultural da humanidade, o que levou o indivíduo a conceber e a exigir a ampla e eficaz expansão dos serviços públicos prestados pelo Estado, os quais, atualmente, sob nova ideologia político-econômica, deseja-se reduzir, para conter a despesa.

Considerando as idéias do texto acima, relativas a despesas públicas, e com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- ❶ De acordo com a doutrina dominante, a despesa pública é a aplicação de certa quantia, por parte da autoridade ou do agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para a execução de um fim a cargo do governo.
- ❷ Segundo a referida lei, a despesa pública classifica-se em despesas correntes e despesas de capital; as primeiras são aquelas que não enriquecem o patrimônio público e são necessárias à execução dos serviços públicos e à vida do Estado, como, por exemplo, a amortização da dívida pública; as segundas são as que determinam uma modificação do patrimônio público, sendo economicamente produtivas, como, por exemplo, as despesas com subvenções econômicas.
- ❸ Empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, desde que não exceda o limite dos créditos concedidos e seja prévio à despesa, podendo ser feito por estimativa nos casos de despesas contratuais e de outras sujeitas a parcelamento.
- ❹ A liquidação da despesa consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, em que se apura a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar, e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação.
- ❺ O pagamento da despesa será efetuado quando ordenado por autoridade competente, após sua regular liquidação, que, na hipótese de serviços prestados ou de fornecimento de materiais, terá por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material ou da prestação do serviço.

QUESTÃO 16

Na Antiguidade, o Estado obtinha suas receitas por meio de extorsão, da pilhagem e do saque do povo inimigo vencido. Na Idade Média, a exploração das terras constituiu a maior fonte de recursos para o Estado. No Estado liberal clássico, tendo em vista o princípio da mínima intervenção do Estado na atividade econômica, as rendas com as terras decaíram e os tributos passaram a ser a principal fonte de riquezas. No século XX, o Estado passou de passivo a forte interventor na economia, assumindo funções planejadoras e industriais que lhe proporcionaram, a par das receitas tributárias, receitas patrimoniais significativas. Nos últimos tempos, o novo liberalismo econômico reduziu ou eliminou as atividades industriais do Estado, de maneira que ressurgiu a tributação como fonte expressiva das receitas públicas. Com relação à receita pública e ao sistema tributário nacional, e com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens abaixo.

- ❶ Segundo a referida lei, a receita industrial é classificada entre as receitas correntes, enquanto a alienação de bens e a amortização de empréstimos compõem as chamadas receitas derivadas.
- ❷ O imposto é receita corrente, vez que não está definido em lei como receita de capital e não se origina de qualquer bem de capital, mas da obrigação do cidadão de contribuir para a manutenção da coisa pública.
- ❸ Segundo a lei em apreço, tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições, nos termos da Constituição da República e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades, ao passo que, no Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei ou regulamento e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- ❹ Compete à União, aos estados e ao DF instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, ressalvada a competência exclusiva dos estados e do DF para instituir contribuição, cobrada dos seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social, ao passo que cabe exclusivamente à União, mediante lei complementar, a instituição de empréstimos compulsórios.
- ❺ A imunidade recíproca veda à União, aos estados, ao DF e aos municípios a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, sendo essa imunidade extensiva às autarquias, fundações e empresas públicas, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 17**

Devido ao rompimento de um oleoduto, uma grande quantidade de óleo vazou para a Mata Atlântica, provocando danos significativos à fauna e à flora da região. Posteriormente, constatou-se que o acidente aconteceu em razão da negligência de três empregados da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) que trabalhavam no setor de manutenção.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria na referida empresa, com o objetivo de avaliar a eficiência e a eficácia dos sistemas operacionais e dos procedimentos adotados pela estatal, concernentes às atividades de proteção ao meio ambiente.

Durante a elaboração do relatório da auditoria, alguns aspectos relacionados à questão foram debatidos pelos analistas do TCU, inclusive a possibilidade de haver lacunas na legislação que rege a matéria.

Considerando o texto acima e sabendo que a PETROBRAS é uma sociedade de economia mista federal, exploradora de atividade econômica, julgue os itens seguintes.

- ❶ No que se refere ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados ao meio ambiente em decorrência do acidente citado no texto, a responsabilidade da PETROBRAS independe de dolo ou culpa de seus empregados, por força de expressa disposição constitucional que obriga empresas públicas e sociedades de economia mista a responderem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- ❷ Os três empregados negligentes podem responder civilmente pelos eventuais prejuízos causados à PETROBRAS em razão do acidente citado no texto, com base na responsabilidade subjetiva decorrente da prática de ato ilícito.
- ❸ Caso a PETROBRAS seja condenada, por meio de sentença judicial transitada em julgado, a pagar indenização pelos prejuízos decorrentes do acidente citado no texto, deve cumprir a decisão, mesmo que o seu posicionamento administrativo seja contrário a ela. Essa situação exemplifica o fato de que, assim como existe uma hierarquia entre as normas jurídicas, também as interpretações jurídicas são hierarquizadas.
- ❹ A PETROBRAS, na condição de pessoa jurídica de direito privado, tem capacidade jurídica que se estende a vários campos do direito, abrangendo, por exemplo, direitos da personalidade, direitos reais e direitos obrigacionais.
- ❺ Uma das formas de preenchimento de lacunas no ordenamento jurídico é a analogia. Para haver aplicação analógica, seja analogia *legis* ou analogia *juris*, é cumulativamente necessário que o caso *sub judice* não esteja previsto em norma jurídica, que o caso não-contemplado nas normas jurídicas tenha com o caso nelas previsto, pelo menos, uma relação de semelhança e que o elemento de identidade entre eles seja um elemento essencial.

QUESTÃO 18

Lei n.º 99.999, de 25 de julho de 2002.

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras.

O Presidente da República.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras, com natureza jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Art. 2.º A Fundação Universidade Federal de Cajazeiras adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu estatuto no registro civil das pessoas jurídicas.

Art. 3.º O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens e direitos que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, pelo estado, pelo município e por outras entidades públicas e particulares.

Art. 4.º Os recursos financeiros da Fundação serão provenientes de:

- I – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
- II – remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
- III – operações de crédito e juros bancários;
- IV – receitas eventuais.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de julho de 2002; 181.º da Independência e 114.º da República.

Supondo que a lei hipotética acima tenha sido publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2002, julgue os itens abaixo.

- ❶ É correto afirmar, apenas pela leitura do texto da lei, que se trata de lei vigente e não-revogadora de nenhuma outra lei.
- ❷ É correto asseverar que a Lei n.º 99.999, de 25/7/2002, por não apresentar *vacatio legis*, observa os princípios da irretroatividade e da obrigatoriedade das leis.
- ❸ Diferentemente das pessoas naturais, cuja existência no direito brasileiro prescinde de qualquer registro público, no caso da Fundação Universidade Federal de Cajazeiras — pessoa jurídica instituída na forma do direito privado — a inscrição do estatuto dela no registro civil terá natureza constitutiva da personalidade jurídica da Fundação.
- ❹ Os bens móveis ou imóveis, fungíveis ou não-fungíveis, consumíveis ou não-consumíveis, materiais ou imateriais, que a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras vier a adquirir serão objeto de consagração, significando que somente poderão ser utilizados com vistas à consecução dos fins a que se destina a pessoa jurídica, enquanto detiverem a condição de afetados.
- ❺ Assim como a Fundação Universidade Federal de Cajazeiras, os professores e os demais empregados daquela pessoa jurídica terão como domicílio necessário o município de Cajazeiras, onde funcionarão a diretoria e a administração da Fundação e onde os empregados exercerão suas funções.

QUESTÃO 19

Jorge, brasileiro, servidor público aposentado, domiciliado em Portugal, elaborou, em 1990, em Portugal, um testamento, por meio do qual deixou todos os seus bens imóveis situados no Brasil para a sua única neta, brasileira, Cacilda, domiciliada no Brasil.

Em visita ao Brasil, em 1994, ele compareceu ao Cartório do Ofício de Notas e lavrou escritura pública de adoção de Cacilda, que contava, então, com seis anos de idade.

Em 1999, o testador faleceu. Em 2000, Cacilda, devidamente representada, requereu à repartição competente a concessão da pensão civil, instituída pelo avô, na condição de beneficiária, sob a alegação de ser filha adotiva do instituidor. No mesmo ano, Cacilda, desejou requerer o inventário dos bens contemplados no testamento.

Considerando a situação hipotética acima descrita, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Os requisitos de validade do testamento elaborado por Jorge devem ser avaliados de acordo com as leis portuguesas vigentes em 1990; todavia, a eficácia jurídica das disposições testamentárias relativas a Cacilda há de ser examinada segundo as leis brasileiras vigentes ao tempo da abertura da sucessão.
- ❷ A sucessão dos bens imóveis situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício de Cacilda, que é a pessoa de nacionalidade brasileira contemplada no testamento, a menos que a ela seja mais favorável a lei portuguesa.
- ❸ O ato jurídico de adoção de Cacilda, efetuado por meio de escritura pública, padece de nulidade absoluta, ante a ausência de requisito essencial à validade do ato.
- ❹ Caso Cacilda necessite ingressar na justiça para exigir o cumprimento das disposições testamentárias, o prazo de prescrição dessa ação ficará suspenso até que ela complete dezesseis anos de idade.
- ❺ Consoante previsto no direito positivo brasileiro, quando a lei é omissa acerca de um determinado assunto polêmico, está-se diante de um vazio jurídico, devendo o juiz recorrer preferencialmente ao princípio da equidade para a solução da controvérsia.

QUESTÃO 20

Jonas, fazendeiro, viúvo da filha do prefeito do município de Mulungu do Norte – BA, doou a esse município um terreno com a condição de que este fosse utilizado para a construção de um açude.

O contrato de doação foi feito por meio de escritura pública que estabelecia expressamente a finalidade da doação: a construção de um açude.

Após o término da obra, os técnicos do tribunal de contas, em inspeção no local, questionaram o fato de que o açude estava sendo utilizado somente em benefício da fazenda de Jonas, visto que, após a sua construção, a área teria sido cercada, impedindo o acesso da população.

Para justificar o ocorrido, Jonas afirmou que, ao doar o terreno, tinha a convicção de que o açude a ser construído seria utilizado somente pelas fazendas contíguas e que não teria efetuado a doação do terreno se soubesse que o açude seria de utilização livre por toda a população do município. Todavia, o instrumento de doação era omissivo quanto a esse aspecto.

A respeito dos temas jurídicos que poderiam influenciar a decisão do tribunal de contas quanto ao processo oriundo da situação hipotética em apreço, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Não há nenhuma relação de parentesco ou afinidade entre Jonas e o prefeito, uma vez que a morte de um dos cônjuges desfaz o vínculo jurídico antes existente, de modo que antigos afins tornam-se juridicamente estranhos.
- ❷ Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, não se consideram direitos adquiridos os direitos sujeitos a condição preestabelecida inalterável a arbítrio de outrem.
- ❸ De acordo com expressiva parcela da doutrina pátria, a manifestação de vontade subsiste ainda que o autor haja feito reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- ❹ Para que o negócio jurídico seja anulável por erro, é necessário que o erro seja considerado substancial e inescusável.
- ❺ Diferentemente da condição resolutiva não-realizada, o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no ato, pelo disponente, como condição suspensiva.

DIREITO PENAL**QUESTÃO 21**

Josefa, servidora de um órgão público, em seção responsável pela elaboração do pagamento dos demais servidores públicos, era responsável pela inserção dos créditos advindos de benefícios diversos. Habituada a tal trabalho, a partir de janeiro de 2001, inseriu, no sistema de informação do órgão, dados do marido, que passou a receber, mensalmente, valor de R\$ 800,00. Em março de 2002, às vésperas de sua viagem de férias para *resort* na Costa do Saúpe – BA, procedeu à inserção de valor de R\$ 4.500,00 na conta-benefício de seu marido, quando foi descoberta sua conduta dos últimos meses. Questionada acerca do fato, alegou que, devido ao congelamento salarial dos últimos anos, viu seu poder aquisitivo diminuir e resolveu inserir uma gratificação extra para seu marido, possível ante a facilidade de inserção dos dados, vez que autorizada para tal ato.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Para caracterização do crime de inserção de dados em sistema de informações, é necessária a efetiva obtenção de vantagem, com conseqüente dano à administração pública, tendo o dolo direto como tipo subjetivo.
- ❷ Se, ao ser descoberta a trama na qual Josefa inseria dados falsos no sistema de informação para obter vantagem indevida, esta adotasse, como solução primeira, a devolução dos valores anteriormente recebidos, isso afastaria, em definitivo, qualquer dano à administração pública, descaracterizando o crime por exclusão de tipicidade, e não somente de ilicitude.
- ❸ A condenação da servidora, ainda que na pena mínima, implicará a perda do cargo em virtude da violação de dever para com a administração pública, conforme previsão no Código Penal (CP) sobre os efeitos da condenação.
- ❹ Havendo aprovação das contas pelo TCU, com a possibilidade de devolução dos valores integrais pelos servidores, não haverá configuração do crime de inserção de dados falsos em sistemas de informação, vez que, com tal aprovação, houve o afastamento do injusto penal, embora ainda com características de antijuridicidade, em termos amplos.
- ❺ É possível admitir-se a figura da tentativa para o crime de Josefa, pois o ato de inserir dados falsos em sistemas de informação é plurissubsistente, independentemente de tratar-se de crime formal, material ou de mera conduta. Para essa modalidade de crime, cabe tanto a tentativa perfeita como a tentativa imperfeita.

QUESTÃO 22

Julgue os itens seguintes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Após inúmeros problemas de saúde, um governador de estado-membro decidiu seguir orientação médica e procurou um estabelecimento hoteleiro dedicado a clínica de emagrecimento. O referido governador resolveu levar consigo, para acompanhamento de sua estada, sua esposa, seu filho e respectiva esposa, sua irmã e um casal de amigos. A estada do governador e sua comitiva teve duração de dez dias e as despesas com hospedagem, passeios, fisioterapia, boutique, remédios e outros foram pagas pelo erário do estado, à conta de verba orçamentária destinada ao gabinete do governador (verba de representação).
Nessa situação, caracterizou-se o crime de peculato na modalidade peculato-desvio.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Em processo rumoroso, o advogado Mário interpretou a peça acusatória do promotor de justiça e a manifestação escrita do assistente de acusação como ofensiva à sua honra e dignidade. Os fatos ocorreram em 2/2/2001, e Mário deles tomou conhecimento em 13/3/2001. Em 18/3/2001, ele requereu a instauração de inquérito policial para apurar e determinar de modo cabal os fatos. O inquérito foi encerrado em 11/9/2001 e a queixa-crime contra o representante do *parquet*, por prática de crime contra a honra, foi protocolada cinco meses após, no dia 10/2/2002.
Nessa situação, Mário atuou de modo correto quanto ao rito e à observância do prazo, pois a instauração de inquérito policial tem o condão de suspender o prazo para o oferecimento da queixa-crime.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Um técnico judiciário recebeu numerário em depósito na vara em que exerce suas funções. Dado o horário avançado, resolveu levar consigo o valor recebido. No caminho de sua casa, parou em uma loja e adquiriu uma TV de 34 polegadas, utilizando metade do dinheiro. Como faltavam apenas cinco dias para o seu pagamento, depositou o restante em caderneta de poupança e ficou aguardando, para a possível devolução.
Nessa situação, o técnico praticou o crime de peculato.
- ❹ Configura crime de corrupção ativa a oferta genérica feita *urbi et orbi*, por advogado, no interior de vara cível, perante todos os servidores da mesma, não-dirigida especificamente a determinado agente, para ver liberado com maior presteza e rapidez alvará de levantamento de valores depositados em caderneta de poupança do *de cujus*, sendo representante dos herdeiros.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Após assumir a prefeitura municipal em virtude de eleição, um prefeito viu-se com dificuldade de negociação com a câmara municipal para aprovar projetos de lei para dar início ao cumprimento de seu plano de gestão, com conseqüente cumprimento das promessas de campanha feitas aos munícipes. Decidiu, após leitura da Constituição da República, expedir medida provisória.
Nessa situação, em virtude da caracterização como funcionário público dada pelo CP, o prefeito cometeu crime de prevaricação.

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 23

O noticiário internacional tem divulgado casos de fraudes de proporções astronômicas envolvendo empresas como ERON e WorldCom. Essas fraudes estariam ligadas a mecanismos de manipulação do mercado de ações ou à distribuição fraudulenta de lucros. A intensidade da crise obrigou os especialistas em mercado de ações a rever inúmeros conceitos, haja vista a crise gerada a partir da divulgação de referidos atos de fraude. No Brasil, a Lei das S. A. tem sofrido constantes alterações, de modo a adaptá-la às reais necessidades do mercado. Acerca desse tema, e considerando as regras vigentes no país, julgue os itens abaixo.

- 1 Todas as sociedades anônimas estão obrigadas pela Lei n.º 6.404/1976 a publicar periodicamente seus demonstrativos financeiros a fim de darem transparência de sua atuação.
- 2 É lícita a distribuição de lucro à custa da redução do capital social.
- 3 Considerando que o mercado de títulos e valores mobiliários funciona com base no risco, é lícita a utilização de informação relevante ainda não-divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem para si no mercado de valores mobiliários.
- 4 O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo ou com violação da lei ou do estatuto.
- 5 Caso uma sociedade anônima emita ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício do direito de voto, o montante dessas ações não poderá ultrapassar metade do total das ações da companhia.

QUESTÃO 24

Sociedade de economia mista do DF deverá

- 1 ser sociedade anônima.
- 2 ter seu capital social dividido em ações, e a responsabilidade de seus acionistas será limitada ao valor de emissão de suas ações subscritas ou adquiridas.
- 3 ser capaz de orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação, apesar de o DF ter os deveres e as responsabilidades do acionista controlador, em face de expressa disposição legal.
- 4 adotar, obrigatoriamente, conselho de administração, assegurando à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhe couber pelo processo de voto múltiplo.
- 5 manter em permanente funcionamento o conselho fiscal.

PARTE 2

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 25

Em decorrência de auditoria realizada no setor de transporte coletivo de passageiros no DF, foram identificadas as ocorrências a seguir indicadas. Para uma primeira linha — A —, havia sido realizada licitação, na modalidade de tomada de preço, e o edital previa a celebração de contrato de permissão pelo prazo de cinco anos. Ainda em relação à linha A, foi constatado que, três meses após a celebração do contrato com a empresa que venceu a licitação, ocorreu dissídio coletivo dos motoristas e cobradores e, em consequência, foi aplicada a teoria da imprevisão para aumentar o valor das tarifas cobradas dos passageiros como forma de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para uma segunda linha — linha B —, foi contratada uma determinada empresa sem licitação, haja vista a existência de lei do DF que determina que, para trechos experimentais, é possível a contratação sem licitação de empresa permissionária por prazo não-superior a dois anos.

Em face da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Acerca da adoção de tomada de preço, modalidade de licitação adotada para a linha A, desde que tenham sido observados os parâmetros definidos em lei local, não houve qualquer ilegalidade.
- 2 A permissão de serviço público tem como uma de suas principais características a precariedade e a revogabilidade unilateral, devendo ser, portanto, considerada ilegal a cláusula que estipulou prazo certo para a linha A.
- 3 A repactuação ocorrida no contrato para a linha A, em decorrência do dissídio coletivo, realizada com base na teoria da imprevisão, deve ser considerada ilegal.
- 4 Com base na legislação vigente, o TCDF deverá deixar de aplicar a lei do DF que amparou a contratação de permissionárias para a linha B sem licitação, ante a sua manifesta inconstitucionalidade, e exigir a realização de licitação.
- 5 Relativamente à linha B, o próprio TCDF deverá sustar imediata e diretamente o contrato.

QUESTÃO 26

Considerando as regras vigentes acerca do regime jurídico dos servidores do DF, julgue os itens a seguir.

- 1 Os servidores públicos do DF submetem-se ao regime jurídico da Lei Federal n.º 8.112/1990. As alterações aprovadas pela União na referida lei são, portanto, auto-aplicáveis aos servidores do DF.
- 2 Nomeado, o candidato aprovado em concurso público realizado pelo DF deverá, no prazo de trinta dias, tomar posse; empossado, ele deverá, dentro de quinze dias, entrar em exercício. Esses prazos são improrrogáveis.
- 3 Lei do DF, desde que observe eventuais direitos adquiridos, poderá determinar que todos os cargos públicos no DF sejam extintos tão logo se tornem vagos, e que sejam substituídos, à medida que vaguem, por empregos públicos.
- 4 A contratação de professores substitutos para o DF, em regime de contratação temporária, deverá ser obrigatoriamente precedida de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos.
- 5 Os atos de admissão de pessoal para todos os cargos e empregos públicos, inclusive os relativos a cargos em comissão, de toda a administração pública direta e indireta do DF deverão ser submetidos, para fins de registro, ao TCDF.

QUESTÃO 27

Clarissa, agente da Polícia Civil do DF, conduzia veículo da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do DF (SESP), quando se envolveu em acidente que causou danos materiais e ferimentos em Fernando, condutor de veículo particular.

Com relação à situação hipotética acima, julgue os itens abaixo, tendo como base a legislação vigente.

- 1 Fernando deverá propor ação de indenização diretamente contra Clarissa. Se esta demonstrar não ter tido culpa pelo acidente, poderá Fernando propor ação de responsabilidade civil contra o poder público.
- 2 Caso seja realizada perícia técnica que conclua não ser possível atribuir culpa a qualquer dos envolvidos no acidente, cada qual dos envolvidos — o poder público e Fernando — deverá arcar com seus próprios prejuízos.
- 3 A comparação, por meio de processo administrativo realizado no âmbito da SESP, de que Clarissa não agiu com culpa não constitui empecilho a que Fernando obtenha sucesso em ação de indenização que deverá ser proposta diretamente contra essa secretaria.
- 4 Caso seja instaurado processo penal contra Clarissa e ela seja absolvida em decorrência de negativa de autoria, essa decisão, proferida na instância penal, repercutirá na instância cível e eximirá o poder público de pagar qualquer indenização em favor de Fernando.
- 5 Se vier a ser comprovada a culpa de Clarissa, a ação de indenização que o poder público venha a propor contra ela para obter ressarcimento por danos causados ao erário não estará sujeita a qualquer prazo prescricional.

QUESTÃO 28

A propósito do que dispõe a Lei Orgânica do TCDF, julgue os itens seguintes.

- 1 A fim de evitar eventuais perseguições contra pessoas que queiram encaminhar denúncias ao TCDF, o denunciante poderá conservar seu anonimato e não se identificar na denúncia.
- 2 Qualquer cidadão possui competência para formular consulta ao TCDF. As decisões do tribunal em resposta a consultas terão caráter normativo, mas não constituirão pré-julgamento das situações concretas que venham a ser submetidas a exame do tribunal em processos específicos.
- 3 Por iniciativa própria ou a requerimento do Ministério Público, o TCDF deverá realizar auditorias em órgãos ou entidades sujeitas à sua jurisdição.
- 4 Ao julgar as contas anuais do governador do DF, o TCDF considerará não apenas aspectos relacionados à legalidade ou legitimidade dos atos de gestão, mas igualmente aspectos relacionados a sua economicidade.
- 5 As decisões proferidas pelo TCDF em consulta são irrecorríveis.

QUESTÃO 29

Determinado processo de denúncia foi convertido em tomada de contas especiais (TCE) e, ao proceder ao julgamento da tomada de contas, o TCDF julgou irregulares as contas dos administradores, condenou-os em débito e aplicou-lhes multa. Em face dessa situação, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Devido ao fato de a tomada de contas ter-se originado de uma denúncia, a sua tramitação deve ter sido necessariamente sigilosa, até o julgamento final da TCE.
- 2 A decisão do TCDF, que aplicou multa e imputou débito, independerá de inscrição em dívida ativa para a sua execução.
- 3 A execução das decisões do TCDF que aplicaram multa e imputaram débito competirá ao Ministério Público que atua junto ao tribunal.
- 4 Segundo jurisprudência do STF, a decisão do TCDF que julgou irregulares as contas dos administradores poderá ser anulada pelo Poder Judiciário, que não poderá, todavia, julgar se as referidas contas são regulares.
- 5 A multa deve ser aplicada individualmente a cada um dos responsáveis condenados, sendo descabido admitir responsabilidade solidária pelo seu pagamento. Em relação ao débito, tanto os agentes públicos quanto os particulares que tenham sido condenados pelo TCDF responderão solidariamente.

QUESTÃO 30

Em decorrência de auditoria realizada no setor de contratos de uma empresa pública do DF, foram constatadas as seguintes ocorrências:

- contrato A — contrato de prestação de serviços contínuos celebrado com vigência de sessenta meses;
- contrato B — contrato de obra pública cujo valor, inicialmente fixado em R\$ 150.000,00, foi alterado para R\$ 250.000,00;
- contrato C — contratação sem licitação de escritório de advocacia de notória especialização para a proposição de ações de indenização contra quem cause prejuízo ao patrimônio da entidade;
- contrato D — contrato de fornecimento de mão-de-obra para exercer atividades-fim da entidade;
- contrato E — contrato para fornecimento de material de expediente que fora formalizado em R\$ 100.000,00 e posteriormente reduzido para R\$ 50.000,00.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 A cláusula que fixa o prazo de vigência do contrato A em sessenta meses poderá ser considerada legítima.
- 2 Em relação ao contrato B, supondo que se tenha constatado que o aumento no valor do contrato decorreu da aplicação da teoria da imprevisão e que a documentação que foi juntada aos autos demonstra que a única forma de recompor o equilíbrio do contrato seria repactuar-lo para o valor de R\$ 250.000,00, então, diante dessa constatação, é legítima a repactuação em exame.
- 3 Não se tratando de questão jurídica que possa ser considerada de objeto singular — a contratação de advogados para a proposição de ações de indenização —, deve ser considerada ilegítima a celebração do contrato C ante a ausência de processo licitatório.
- 4 O contrato D é ilegal pois não se admite a terceirização de atividades-fim.
- 5 Caso a redução do valor do contrato E, de 50% do valor original, tenha decorrido de acordo celebrado entre as partes, a cláusula que promoveu a referida redução deve ser considerada válida.

QUESTÃO 31

Ao fixar as regras gerais acerca de competência, atribuições, composição e funcionamento do TCU, a Constituição da República definiu os parâmetros a serem seguidos pelos tribunais de contas dos estados e municípios. Considerando a jurisprudência do STF referente aos tribunais de contas e em particular ao TCDF, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso identifique irregularidade grave em determinado contrato celebrado pelo DF, e desde que tenha assegurado à empresa contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, o TCDF possui competência para determinar que o DF anule o contrato.
- 2 O TCDF compõe-se de sete conselheiros, que deverão atender às exigências fixadas na Lei Orgânica do Tribunal. Quatro conselheiros são escolhidos pela Câmara Legislativa e três, pelo governador. No caso dos conselheiros a serem escolhidos pelo governador, um será de sua livre escolha, um será escolhido entre os auditores e um entre os representantes do Ministério Público que atuam junto ao TCDF.
- 3 O STF já pacificou o entendimento de que empresas públicas e sociedades de economia mista, não obstante possuam personalidade de direito privado e seus bens não sejam públicos, submetem-se a processo de tomada de contas especial.
- 4 Se, para a execução de obra, o DF e a União celebrarem convênio para o aporte de recursos federais e do próprio DF, conforme entendimento pacífico do STF, a fiscalização da obra ficará limitada à atuação do TCU.
- 5 O TCDF não possui competência para julgar contas do governador do DF, nem do TJDF.

QUESTÃO 32

Considerando que a Câmara Legislativa do DF concedeu aposentadoria em favor de determinado servidor, julgue os itens seguintes.

- 1 Somente após o registro do ato no TCDF, o servidor perceberá seus proventos de aposentadoria.
- 2 Caso o TCDF identifique ilegalidade na concessão de referida aposentadoria, deverá o processo ser remetido ao Ministério Público com vista à anulação judicial do ato.
- 3 Se, após a concessão da aposentadoria, a CLDF considerar que foi inconveniente a prática de referido ato, poderá este ser revogado pela administração dessa câmara.
- 4 Caso a CLDF, após decorridos dez anos da concessão da aposentadoria, constate que o servidor somente logrou computar o tempo de servidor em decorrência de uma certidão falsa de tempo de serviço que ele fez juntar ao seu pedido, deverá o ato ser anulado.
- 5 Em se tratando de servidor em comissão sem vínculo efetivo com a administração, a aposentadoria deverá ser disciplinada pelas normas aplicáveis ao regime geral da previdência social.

CONTABILIDADE

Texto II – questões 33 e 34

O balanço patrimonial de 31/3/2002 de uma companhia aberta está levantado parcialmente, tendo como base o balanço de 31/12/2001 e a demonstração do resultado e o fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2002.

demonstração do resultado do 1.º trimestre de 2002 (em R\$ mil)		fluxo de caixa do 1.º trimestre de 2002 (em R\$ mil)	
vendas	700	saldo em 31/12/2001	20
impostos	(140)	entradas	911
custo das mercadorias vendidas	(350)	de vendas	760
lucro bruto	210	de rendimentos de aplicações financeiras	1
peçoal	(80)	de empréstimos de curto prazo	150
materiais de consumo	(15)	saídas	(883)
serviço de terceiros	(50)	fornecedores	(500)
depreciação	(25)	impostos	(140)
amortização do diferido	(3)	dividendos	(20)
despesas financeiras	(15)	peçoal	(73)
receitas financeiras	1	empréstimos	(25)
lucro antes IR/CSLL	23	investimento permanente em ações	(50)
IR/CSLL	(8)	aquisição de imobilizado	(75)
lucro líquido	15	saldo em 31/3/2002	48

balanço patrimonial (em R\$ mil)							
ativo	saldo inicial em 31/12/2001	movimento	saldo final em 31/3/2002	passivo	saldo inicial em 31/12/2001	movimento	saldo final em 31/3/2002
circulante	510			circulante	380		
disponível	20	28	48	peçoal	20		
contas a receber	250			fornecedores	180		
estoque	220			impostos	50	8	58
outros	20	–	20	dividendos	20	(20)	–
				empréstimos	100		
				outros	10	–	10
permanente	480			patrimônio líquido	610		
investimento	10	50	60	capital	400	–	400
imobilizado	450			reservas de capital	80	–	80
diferido	20	(3)	17	reservas de lucro	50	–	50
				lucros acumulados	80		
total	990			total	990	115	

Adicionalmente, as informações a seguir devem ser consideradas:

- R\$ 400 mil de compras realizadas no trimestre junto a fornecedores, a prazo;
- o disponível está composto por valores em caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata;
- serviços de terceiros contratados a prazo (fornecedores);
- aquisição de materiais de consumo a prazo (fornecedores);
- a companhia registra despesas financeiras unicamente decorrentes de empréstimos;
- as receitas financeiras originam-se de rendimentos de aplicações financeiras.

QUESTÃO 33

RASCUNHO

Com base nos dados apresentados no texto II e completando a apuração do balanço em 31/3/2002, julgue os itens a seguir.

- ❶ O valor total do ativo do balanço em 31/3/2002 é superior a R\$ 1.100 mil.
- ❷ O total do ativo permanente em 31/3/2002 é inferior a R\$ 570 mil.
- ❸ O patrimônio líquido em 31/3/2002 é superior a R\$ 620 mil.
- ❹ Os estoques em 31/3/2002 têm saldo superior a R\$ 260 mil.
- ❺ Caso essa empresa operasse com ativo permanente pertencente a órgão governamental, cedido em comodato, ainda assim teria de depreciá-lo, para reconhecimento da despesa correspondente na sua demonstração do resultado.

QUESTÃO 34

Ainda com relação ao texto II e aos princípios da contabilidade, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O saldo de contas a receber, em 31/3/2002, é superior a R\$ 200 mil.
- ❷ O ativo imobilizado, em 31/3/2002, é inferior a R\$ 490 mil.
- ❸ As vendas realizadas a órgãos públicos só devem ser reconhecidas por uma empresa mercantil pelo regime de caixa.
- ❹ O saldo da conta de fornecedores, em 31/3/2002, é superior a R\$ 140 mil.
- ❺ O saldo da conta passiva de empréstimos é superior a R\$ 230 mil, em 31/3/2002.

Balanço patrimonial – questão 35

balanço patrimonial – unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social – 2000 (em R\$)					
ativo		saldo	passivo		saldo
financeiro		194.722.371	financeiro		317.338.954
disponível		154.594.707	depósitos		21.781.397
caixa		63.298	consignações		17.662.761
bancos conta movimento		28.771.917	outros depósitos		804.009
rede arrecadadora		8.856.133	depósitos de diversas origens		3.314.627
aplicações financeiras		23.329.976	obrigações em circulação		295.554.772
recursos vinculados		93.573.384	obrigações por empenho liquidadas		131.206
créditos em circulação		38.096.183	recursos especiais a liberar		295.423.566
créditos a receber		37.481.302	restos a pagar		258.264.517
diversos responsáveis		565.186	recursos a liberar – restos a pagar		34.423.727
valores em trânsito realizáveis		1.876	devolução de transf. restos a pagar		11.208
recursos vinculados		47.819	repasso a devolver		2.724.114
realizável a longo prazo		2.031.482	adiantamentos recebidos		347
depósitos judiciais		2.031.482	valores a curto prazo		2.437
não-financeiro		4.099.887.790			
realizável a curto prazo		117.174.282			
créditos em circulação		33.461.710			
fornecimentos a receber		7.911.779			
créditos tributários		1.681.496			
créditos não-tributários		432	não-financeiro		2.933.782.572
créditos diversos		10.994.675	obrigações em circulação		36.912.986
diversos responsáveis		11.678.338	provisões		36.912.986
adiantamentos concedidos		579.457	exigível a longo prazo		2.896.869.586
depósitos realizáveis a curto prazo		499.958	depósitos exigíveis a longo prazo		1.072.813
outros créditos		115.576	recursos vinculados		1.072.813
bens e valores em circulação		83.690.390	obrigações exigíveis a longo prazo		2.895.796.772
estoques		83.477.691	operações de crédito internas		1.936.541.410
títulos e valores		39.404	operações de crédito externas		151.992.843
importações em andamento		173.295	obrigações a pagar		413.513
valores pendentes a curto prazo		22.182	credores por ação transitada e julgada		799.133.632
realizável a longo prazo		1.836.935.690	outras operações exigíveis		7.715.374
depósitos realizáveis a longo prazo		1.422.522			
depósitos compulsórios		246.142			
recursos vinculados		742.681			
penhoras judiciais		433.699			
créditos realizáveis a longo prazo		1.835.513.168	real		3.251.121.526
créditos tributários		762.659.278			
outros créditos a receber		814.059.176	patrimônio		1.043.488.636
empréstimos e financiamentos		258.794.713	saldo patrimonial		1.039.425.498
ativo permanente		2.145.777.818	capital realizado		40.434.984
investimentos		933.676.792	reservas		13.103.818
imobilizado		1.210.315.743	resultado acumulado		(49.475.665)
diferido		1.785.283			
real		4.294.610.161			
compensado		6.678.323.618	compensado		6.678.323.618
responsabilidades por títulos e valores		42.098.506	responsabilidades por títulos e valores		42.098.506
comodato de bens		1.999.284	comodato de bens		1.999.284
garantias de valores		16.447.336	garantias de valores		16.447.336
direitos e obrigações contratuais		6.617.616.984	direitos e obrigações contratuais		6.617.616.984
concessão de auxílios, contribuições e subvenções		77.758	concessão de auxílios, contribuições e subvenções		77.758
outras compensações		83.749	outras compensações		83.749
total		10.972.933.779	total		10.972.933.779

QUESTÃO 35

A análise do balanço patrimonial ao lado, do GDF, demanda o conhecimento de importantes diferenças existentes, no Brasil, entre a contabilidade pública e a contabilidade comercial. Nesse sentido, julgue os itens seguintes.

- ❶ A contabilidade pública, diversamente da comercial, não dispõe de mecanismos sistematizados compulsórios para realizar a depreciação de ativos. Assim, os valores expressos no balanço em apreço podem estar subestimados ou superestimados.
- ❷ A contabilidade pública não dispõe de mecanismo para fazer, de forma precisa ou aproximada, a atualização monetária do valor dos ativos, seja rotineiramente, seja eventualmente.
- ❸ Na contabilidade pública, diferentemente da comercial, os bens de almoxarifado são valorizados pelo sistema PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai).
- ❹ Embora similares, os conceitos de ativo e de passivo compensados nas contabilidades pública e comercial apresentam divergências que tornam difícil a comparação entre os valores nos demonstrativos.
- ❺ No balanço apresentado, está faltando a provisão para créditos de liquidação duvidosa, de uso obrigatório na contabilidade pública e opcional na comercial.

QUESTÃO 36

No que se refere à contabilidade, julgue os itens a seguir.

- ❶ Pelos princípios fundamentais de contabilidade e, em particular, observando o regime de competência, as receitas só podem ser reconhecidas no ponto da venda, mesmo se tratando de empresas não-comerciais ou industriais.
- ❷ Quanto ao imposto de renda de uma empresa que tenha apresentado resultado contábil positivo em um período, no caso de não haver diferença permanente entre o resultado contábil e o fiscal, o valor a ser provisionado contabilmente em despesa deve corresponder ao montante obtido pela aplicação da alíquota correspondente sobre o lucro antes do imposto de renda, mesmo que seja superior ou inferior ao valor a pagar calculado na parte A do LALUR para o mesmo período.
- ❸ O parecer do auditor independente de uma empresa mercantil será sem ressalva sempre que as demonstrações contábeis tiverem sido preparadas segundo os princípios fundamentais de contabilidade em todos os seus valores relevantes.
- ❹ São aplicações da demonstração das origens e aplicações de recursos os valores de emissão de novas ações do capital social da companhia e de empréstimos e financiamentos de longo prazo tomados no período considerado.
- ❺ A partir da última alteração na Lei das S.A., a companhia aberta está impedida de constituir reserva de lucros a realizar em detrimento ao dividendo mínimo obrigatório do art. 202 da mesma lei.

QUESTÃO 37

Quanto à execução dos procedimentos de auditoria contábil adequados à parte dos demonstrativos contábeis de uma empresa estatal, na auditoria

- ❶ do disponível, não se deve preferir o último dia do mês ou o último dia do exercício social para esse fim. A contagem deverá ser processada alguns dias antes ou alguns dias depois dessas datas, de modo a se poder fazer depois uma análise retrospectiva ou prospectiva dos saldos com relação à data-limite dos balancetes ou do balanço.
- ❷ de compras e contas a pagar, deve-se verificar em que condições as compras foram realizadas, proceder à conferência dos registros contábeis, testar a adequabilidade do volume das compras, realizar exame dos pagamentos efetuados e examinar as contrapartidas anormais na liquidação das contas a pagar.
- ❸ de vendas e contas a receber, deve-se observar o seguinte roteiro: conferência do faturamento, conferência dos registros contábeis das vendas ou da receita, cálculo da compatibilidade do volume de vendas registrado, conferência da distribuição da cobrança e testes nos registros de cobrança, exame das contrapartidas anormais, identificação dos valores ainda não-cobrados, remessa de cartas-circulares para a confirmação de saldos, exame de outras contas a receber, exame do fundo para devedores duvidosos, exame das mercadorias e dos serviços por entregar nos casos em que os clientes deixaram sinais ou adiantamentos e exame dos títulos descontados.
- ❹ do patrimônio líquido, deve-se levantar um mapa que inclua todas as contas passivas representativas do patrimônio líquido da empresa, incluindo, ainda, os saldos anteriores — já auditados —, a movimentação de débitos e créditos efetuada no período sob exame e os saldos atuais.
- ❺ dos lucros distribuídos e provisões, deve-se verificar se a forma pela qual os resultados dos últimos exercícios sociais foram distribuídos está de acordo com: a legislação das sociedades por ações, a legislação do imposto de renda, os estatutos da empresa e as deliberações da assembléia geral de acionistas.

QUESTÃO 38

balanço patrimonial de 31/12/2001 (em R\$ mil)			
ativo		passivo	
circulante	1.236	circulante	709
disponível	115	contas a pagar	380
contas a receber	752	financiamentos	120
estoque	354	tributos	79
outros	15	dividendos	35
		empréstimos	80
		outros	15
permanente	879	patrimônio líquido	1.406
investimentos	155	capital	1.000
imobilizado	689	reservas de capital	180
diferido	35	reservas de lucro	150
		lucros acumulados	76
total	2.115	total	2.115

Considerando o balanço apresentado acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O quociente de liquidez corrente é inferior a um.
- ❷ O grau de endividamento sobre o patrimônio líquido é maior que 70%.
- ❸ Caso a empresa tivesse apresentado um lucro líquido de R\$ 250 mil no exercício encerrado em 31/12/2001 — e o patrimônio líquido, em números globais, só tivesse sofrido movimentação nesse exercício por conta desse resultado — e dividendos de R\$ 35 mil, a taxa de retorno do capital próprio teria sido superior a 10% no período anual.
- ❹ Caso as vendas anuais dessa empresa tivessem alcançado o valor de R\$ 7.520 mil até a data do encerramento do exercício de 2001, com um comportamento homogêneo anual, o prazo médio de recebimento de vendas teria se situado acima de trinta dias.
- ❺ Se o investimento de R\$ 155 mil ainda tivesse de ser acrescido de um resultado positivo na coligada ou controlada avaliada pelo valor de patrimônio líquido, no valor de R\$ 15 mil, o efeito seria um aumento do patrimônio líquido nessa mesma importância, caso esse acréscimo de resultado não afetasse destinação de lucro para dividendo.

RASCUNHO

QUESTÃO 39

Consoante o manual do TCDF, a auditoria integrada é um conjunto de procedimentos que tem por fim proporcionar uma avaliação objetiva, construtiva, sistemática e independente de evidências, com vistas a identificar, em instituição pública, programa ou atividade de governo, a extensão em que os recursos financeiros, humanos e materiais são geridos, com a devida observância aos princípios da efetividade, eficácia, eficiência e economicidade, e se as atividades referentes à obrigação de prestar contas são desenvolvidas a contento, incluindo o cumprimento legal de normas e regulamentos, naquilo que for aplicável. A auditoria integrada analisa tanto os controles financeiros quanto os gerenciais, incluindo os sistemas e as práticas de informação, além de recomendar melhoramentos onde for apropriado. Identifica também os mais importantes controles, atividades e sistemas da organização e seleciona entre eles os essenciais para o correto uso dos recursos. A respeito dessa modalidade de auditoria, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ É função da auditoria integrada emitir opiniões sobre programas de governo, mas não realizar críticas *a posteriori* das decisões de um funcionário designado ou de órgão do governo.
- ❷ É característica da auditoria integrada, em função de sua especificidade, a pouca observância às normas básicas de auditoria.
- ❸ Consideram-se auditorias integradas, entre outros, os trabalhos visando a redução de custos, o aumento de produtividade, a melhoria de outros elementos de eficácia e a busca de formas alternativas de gestão.
- ❹ Os resultados da auditoria integrada possibilitam ou viabilizam a apresentação de informações para autoridades públicas e para o público, se for o caso, por meio de relatórios objetivos e oportunos.
- ❺ O planejamento de uma auditoria integrada envolve a realização de levantamento preliminar, que consiste no conhecimento do auditado, na identificação de critérios aplicáveis à auditoria, na identificação de áreas e pontos potencialmente significantes e na avaliação dos sistemas de controle interno.

QUESTÃO 40

João, servidor responsável pela contabilidade de um órgão do GDF, ao contabilizar os débitos externos (em moeda estrangeira) no balanço patrimonial de seu órgão, converteu os débitos à taxa de câmbio vigente na data da contratação da operação de crédito. Em relatório de auditoria realizada pelo TCDF, Pedro, chefe da equipe de auditoria, apontou tal situação como incorreta, asseverando que o contador deveria converter esses débitos à taxa de câmbio vigente na data da apropriação inicial, consoante o princípio do valor histórico.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens que se seguem.

- ❶ João procedeu incorretamente.
- ❷ Pedro procedeu incorretamente.
- ❸ Por força legal, o princípio do valor histórico não se aplica à situação descrita, mas poderia ser efetivado no âmbito do GDF por força de decisão do TCDF, no uso de sua competência regulamentar.
- ❹ João poderia converter os débitos à taxa de câmbio vigente na data da aprovação da operação de crédito pelo Senado Federal.
- ❺ Pedro deveria, também, sugerir que João, em vez de converter os débitos, elaborasse um demonstrativo, separadamente, em moeda estrangeira.

ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**QUESTÃO 41**

A escolha em situação de escassez e as interações entre o governo e os mercados privados, assim como as questões do meio ambiente, são temas relevantes em economia. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- ❶ Se uma economia estiver operando ao longo de sua curva de possibilidades de produção, então a expansão da produção de bens públicos somente será possível se o consumo de bens privados for reduzido.
- ❷ O aumento substancial da participação feminina no mercado de trabalho, decorrente, em parte, de níveis educacionais mais elevados, que reduziram o custo de oportunidade do trabalho doméstico para as mulheres, concorreu para expandir a fronteira de possibilidades de produção e o potencial de crescimento das economias de mercado.
- ❸ A redução da demanda de mão-de-obra não-qualificada, em decorrência da crescente informatização das empresas, aliada à expansão do setor de alta tecnologia, empregador de trabalhadores qualificados, pode acentuar as desigualdades salariais, contribuindo, assim, para agravar as disparidades de renda nas modernas economias de mercado.
- ❹ Nos países em desenvolvimento, a concessão de incentivos fiscais ao investimento desestimula a utilização da mão-de-obra e reduz o emprego, porque a elasticidade de substituição entre o capital e o trabalho, nesses países, é muito baixa.
- ❺ Na ausência de informações detalhadas, *ceteris paribus*, quando a curva de custo marginal social de emissões de poluentes for muito inclinada, a fixação de padrões de emissões será preferível à cobrança de taxas.

QUESTÃO 42

A análise microeconômica estuda o comportamento individual dos agentes econômicos e, por essa razão, constitui um sólido fundamento para a análise dos agregados econômicos. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Programas de financiamento para estocagem de produtos agrícolas, no âmbito do Banco do Brasil, ao reduzirem os custos, deslocam a curva de oferta desses produtos para baixo e para a direita, implicando, assim, menores preços para os consumidores.
- ❷ Se a demanda de automóveis médios e populares for preçoe-elástica, a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre esses produtos pode aumentar o faturamento das empresas, conduzindo à expansão do emprego nesse setor.
- ❸ Em mercados competitivos, as firmas que maximizam seus lucros fixam seus preços ao nível do custo marginal, garantindo, assim, que os recursos da sociedade estejam sendo alocados de forma eficiente.
- ❹ A cartelização das revendedoras de gás liquefeito de petróleo (GLP), constatada pela Agência Nacional do Petróleo em algumas cidades brasileiras, deve-se à existência de disparidades substanciais nas elasticidades de preço e renda, que sumarizam as condições de demanda, com as quais se confrontam as firmas que atuam nesse mercado.
- ❺ Além do fato de se desejar melhorar a gestão pública dos serviços de educação e saúde, a intervenção do governo nos mercados desses serviços é eficiente no sentido de Pareto por esses serviços serem bens públicos puros, que constituem exemplos típicos de falha de mercado.

QUESTÃO 43

A macroeconomia analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ Se o baixo preço das ações, decorrente de crise nas bolsas de valores, estimular os investidores a comprarem ações de firmas brasileiras, haverá expansão do investimento e, portanto, aumento dos níveis de emprego e renda da economia brasileira.
- ❷ De acordo com a teoria da equivalência ricardiana, a recente indexação das faixas de renda relativas ao imposto de renda para as pessoas físicas (IRPF), no Brasil, aumenta a renda disponível e, conseqüentemente, eleva os níveis de consumo da economia.
- ❸ A razão da dívida pública em relação ao produto nacional bruto (PNB), que mensura a magnitude da dívida relativa ao tamanho da economia, diminui quando a taxa de crescimento da economia se eleva e quando o superávit primário aumenta.
- ❹ Na visão da teoria do ciclo de vida, o aumento da esperança de vida que está ocorrendo na maioria dos países pode levar à expansão da poupança se não houver alterações na idade de aposentadoria.
- ❺ Quando as taxas de câmbio são fixas, políticas monetárias restritivas não alteram o nível de renda da economia.

QUESTÃO 44

A globalização do espaço econômico e o surgimento de blocos econômicos tornam importante o entendimento dos fenômenos monetários e das instituições que regem as relações econômicas entre países. No tocante a esse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Quando se afirma que, no varejo, o repasse da alta do dólar para os preços é maior para os bens mais essenciais, supõe-se, implicitamente, que a demanda de importações desses bens é perfeitamente elástica em relação às variações na taxa de câmbio.
- ❷ Em uma economia pequena, cuja taxa de câmbio é flutuante, a política fiscal será inoperante, porque um aumento dos gastos públicos será compensado por uma redução nas exportações líquidas.
- ❸ Se, em decorrência de uma crise de confiança no sistema bancário, a razão moeda manual/depósito aumentar, então a redução da oferta monetária poderá contribuir para elevar as taxas de juros.
- ❹ O Banco Central do Brasil (BACEN), além de emitir moeda, realizar operações de compra e venda de títulos do governo federal e controlar o crédito e as taxas de juros, também disciplina e fiscaliza o mercado de valores mobiliários.
- ❺ Quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) utiliza recursos financeiros para atenuar as crises de balanço de pagamentos de seus países-membros, essa instituição opera como um banco central para esses países.

QUESTÃO 45

É muito comum que organizações sejam pensadas como estruturas ou a partir da representação de suas estruturas conforme se afiguram em um organograma. Uma decorrência dessa visão é que, freqüentemente, processos de transformação organizacional, incluindo fusões e cisões, principalmente dentro de governos, representam meras reorganizações. Todavia, o conceito de estrutura tem sido objeto de atenção há longo tempo nos estudos organizacionais. Julgue se cada um dos itens que se seguem está coerente com alguma das diversas conceituações conhecidas de estruturas organizacionais.

- ❶ Estruturas são arranjos relacionais entre unidades cujas atribuições representam escolhas maximizadoras dos resultados visados.
- ❷ Estruturas informais são sistemas de incentivos que visam enquadrar e modelar o comportamento de todos os atores de tal forma a otimizar o desempenho organizacional em níveis satisfatórios.
- ❸ Estruturas informais referem-se a domínios nos quais crenças, valores e visões institucionalizadas não aderem, necessariamente, às estruturas formais.
- ❹ Estruturas desempenham funções simbólicas, representando ritos ou cerimônias não necessariamente convergentes com atributos maximizadores dos resultados visados.
- ❺ Modelos de estruturas são consagrados e freqüentemente adotados em função de modismos e panacéias de gestão.

QUESTÃO 46

Os governos federal, estaduais e municipais celebram a adoção de um novo modelo de planejamento governamental, a partir do advento da última geração de planos plurianuais. Tais iniciativas, referenciadas na experiência federal, introduzem a noção de programas, um conjunto articulado de ações voltadas a resultados preestabelecidos que podem ser mensurados e acompanhados sob a responsabilidade de gerentes específicos. A implementação de tal iniciativa é tarefa de alta complexidade, haja vista a grande diversidade de órgãos, entidades e esferas governamentais, e envolve questões pertinentes à própria concepção de gestão por programas. Nesse sentido, julgue os itens a seguir, relativos a aspectos problemáticos na implementação desses novos planos plurianuais.

- ❶ A convergência com resultados de políticas públicas setoriais é sempre clara. Na maioria dos casos, programas e políticas públicas confundem-se.
- ❷ A alteração dos resultados programados do plano de forma a mantê-los realistas e desafiadores em face das constantes mudanças conjunturais é provocada e facilitada por revisões legais.
- ❸ Em geral, os gerentes carecem de meios para alcançar os resultados programados, tais como autoridade, principalmente em casos de programas que perpassam múltiplas organizações; incentivos; recursos orçamentários, em razão de cortes e contingenciamentos; e processos de transformação organizacional.
- ❹ A fusão entre orçamento e plano resultou em flexibilidade orçamentária: o orçamento tem como nova base a classificação funcional-programática, que, além de ter nova estrutura variável de programas, é flexível em relação à disposição de elementos e categorias de despesa e receita.
- ❺ O processo de aprovação legislativa dos planos plurianuais é exaustivo, lento e sujeito a múltiplas barganhas fisiológicas e a desfigurações de conteúdo.

QUESTÃO 47

As organizações não podem mais ser pensadas de forma isolada. Todas as organizações devem ser vistas como redes porque dependem de outras organizações para cumprirem suas missões. Tal visão chama a atenção para questões relativas à “gestão das fronteiras”: a integração vertical e horizontal, parcerias, integrações sistêmicas etc. O principal atributo de uma rede é a visão compartilhada do todo: a rede é o conjunto de organizações-unidades que guardam suas identidades próprias e, ao mesmo tempo, vêem-se como algo mais abrangente. Se cada parte da organização se torna auto-referenciada, a idéia de rede deixa de existir. Uma característica das redes organizacionais contemporâneas é a flexibilidade: à medida que a visão sistêmica é alcançada, as organizações-unidades podem tornar-se multifuncionais ou desenvolverem uma rápida capacidade de mudança para interagir com novos contingentes e situações — novas regras, demandas, processos etc.

Gareth Morgan. *Academy of Management*, 2000 (com adaptações).

À luz das imagens organizacionais delineadas por Gareth Morgan, é correto afirmar que o texto desenvolve uma visão

- ❶ mecanicista porque supõe que as organizações-unidades são peças de uma máquina que podem ser satisfatoriamente planejadas e controladas.
- ❷ orgânica porque supõe que as organizações-unidades devem funcionar de forma integrada tais como os órgãos internos de um organismo vivo.
- ❸ holográfica porque supõe que as diversas partes devem possuir uma visão integral do todo e que o aprendizado depende dessa integração.
- ❹ convergente com a idéia de que organizações são arranjos complexos, fluxos em transformação cuja sustentabilidade depende da capacidade de reconfiguração.
- ❺ convergente com a idéia de autopoiese.

QUESTÃO 48

Julgue os itens a seguir, a respeito de motivação e liderança, conforme tratadas na literatura gerencial contemporânea.

- ❶ Os aspectos extrínsecos da motivação, relacionados à satisfação de necessidades, devem ser tratados de forma *customizada* por líderes e gerentes, em função de suas percepções acerca das necessidades específicas dos membros de suas equipes.
- ❷ Os aspectos intrínsecos da motivação têm sido crescentemente relacionados à criação de propósitos pessoais, em função dos quais as pessoas seriam encorajadas a realizar trocas (trabalho mediante recompensas) com as organizações.
- ❸ A grande adesão de empregados de nível operacional a experiências de *empowerment* revela uma tendência mundial de democratização das relações de trabalho e de busca de autonomia.
- ❹ As teorias de liderança nata e situacional estão sendo revisitadas por abordagens subjetivistas que tendem a valorizar o imaginário do líder e da organização; segundo estas, os líderes são menos capazes de lidar com a perda e com o controle, facilitando a construção de visões de futuro.
- ❺ Teorias tais como liderança pela base e liderança compartilhada enfatizam a função da liderança com base na corretagem do poder, na qual o líder utiliza o seu poder sobre a equipe e não o poder da equipe.

QUESTÃO 49

Nos últimos oito anos, os governos federal, estaduais e municipais implementaram mudanças na gestão pública em consonância com os princípios do *new public management*. Nesse aspecto, as características do movimento recente de reforma do Estado no Brasil incluem

- ❶ a criação de modelos centralizados de gestão a partir da qualificação específica de entes de cooperação no âmbito do terceiro setor, mediante vínculo de parceria.
- ❷ o fortalecimento do núcleo central de governo, a partir da reorganização da macroestrutura governamental, do fortalecimento das carreiras e funções típicas de Estado, principalmente no âmbito da formulação de políticas e programas.
- ❸ a consolidação da criação de um aparato regulatório, mediante a criação de agências reguladoras, como instrumento de enrijecimento da gestão em entidades sem clara função regulatória.
- ❹ a implementação de iniciativas otimizadoras no âmbito de processos de trabalho, serviços e atendimento ao público em geral, implicando simplificação e ganho de qualidade, em parte impulsionadas pela aplicação de tecnologia da informação.
- ❺ a privatização de estruturas produtivas voltadas ao mercado e no âmbito do setor financeiro estatal.

QUESTÃO 50

Uma entidade estatal firmou um contrato de gestão com uma secretaria de governo e, em contrapartida, adquiriu flexibilidade de gestão. O contrato de gestão estabelecia metas de desempenho e meios necessários ao alcance das metas. Decorrido um ano, o relatório da comissão de acompanhamento e avaliação do contrato de gestão apontava o cumprimento das metas pactuadas, embora ressaltasse que as condições para tal não tivessem sido devidamente cumpridas em razão de cortes orçamentários, limitações na utilização das flexibilidades concedidas e inexistência de incentivos (positivos ou negativos) para o alcance das metas propostas.

Nessa situação hipotética, a experiência em questão

- ❶ indica que houve falha no desenho das metas, que não devem ter sido suficientemente realistas e desafiadoras.
- ❷ indica que houve falha da comissão de acompanhamento, que não apontou a necessidade de revisão das metas e de ajuste dos meios durante o acompanhamento do contrato.
- ❸ indica que houve falha do contratante, que não foi capaz de dimensionar melhor os resultados e proporcionar condições para que fossem alcançados e de verificar se estavam de fato sendo alcançados.
- ❹ pode ser considerada totalmente bem-sucedida porque o contrato foi cumprido.
- ❺ indica que houve um imenso esforço do contratado em se ajustar às contingências restritivas e conseguir gerar os resultados programados no prazo.

